



DIA DAS CRIANÇAS NO LAR TRANSITÓRIO

“Resumo revisado pelo Coordenador da Ação de Extensão e Cultura código (CAJ-529), Daisy de Araújo Vilela (Profª Auxiliar 2)”.

SOUZA, Carlos Eduardo Carvalho de¹; **VILELA**, Daisy de Araújo ²; **REZENDE**, Ana Lúcia Souza³; **BARROS**, Patrícia de Sá ⁴, **BORGES**, Cristiane José ⁵; **BRAZ**, Allison Gustavo⁶; **BORGES**, Roberto Filho ⁷; **COSTA**, Agatha Ferreira da ⁸; **ASSIS**, Thais Rocha⁹.

Palavras chave: Institucionalização, crianças, lar transitório, abandono.

JUSTIFICATIVA

Apesar de vivenciarmos acelerado avanço tecnológico, muitas crianças convivem com a violência e o abandono, a maioria das crianças brasileiras começam a serem agredidas ainda no ventre materno, pela desnutrição e violência contra a mulher. Quando sobrevivem às doenças perinatais, respiratórias, doenças passíveis de prevenção pela vacinação, diarreia e fome, essas crianças quando chegam à idade adulta, são agredidas pela falta de oportunidade escolar e de trabalho. As crianças precisam enfrentar e superar diversos tipos de violência e agressão, tanto biológica, social, física, cultural, racial, como em muitos casos, dentro da própria família. Algumas dessas formas de violência não poupam sequer a população mais privilegiada, como a negligência e indiferença dos pais, maus tratos, poluição, violência do trânsito entre outras. Mesmo que a criança brasileira consiga chegar ilesa aos cinco anos de idade, depois de sobreviver aos diversos tipos de violência citados, não significa que o caminho que a separa da idade adulta esteja desimpedido e livre de perigos. Devido as crianças estarem em uma instituição, fomos motivadas a realizar uma festa infantil para estas crianças que passam por situações de exclusão social. As perdas emocionais são muito presentes em crianças institucionalizadas, mesmo recebendo os cuidados alimentares, higiênicos e médicos, elas ainda necessitam de um afeto extra para dar conta da ausência/perda dos pais. A decisão de separar uma criança de sua família, por qualquer motivo, desencadeia uma série de acontecimentos que afetarão, em maior ou menor grau, toda sua vida futura. Muitos são os fatores que contribuem para o



desenvolvimento do abuso e da negligência na criança, e muitos pais que tiveram rígidas punições, tanto físicas como emocionais, podem repetir a mesma criação com seus próprios filhos. Como consequência, a maioria das crianças institucionalizadas, não retornam ao lar de origem ocorrendo assim à destituição do pátrio poder. O abuso e a negligência ocorrem em meninas e meninos de todas as idades, em todos os grupos étnicos e em todos os níveis socioeconômicos com taxas alarmantes e estão associados a uma ampla faixa de problemas emocionais e sintomas psiquiátricos. Pode-se dizer que o ato de brincar com outras crianças favorece o entendimento de certos princípios da vida, como o de colaboração, divisão, liderança, obediência às regras e competição.

OBJETIVOS

Proporcionar um dia diferente para as crianças institucionalizadas.

METODOLOGIA

Os procedimentos foram realizados em três etapas. A primeira compreendeu no contato inicial com a entidade e o planejamento da atividade com o grupo executor (docentes e discentes), a segunda, consistiram em levantar fundos, através de doação voluntária para a compra de alimentos, material decorativo, brinquedos e guloseimas, na terceira etapa a realização do evento com apresentação de grupos de teatro, jogos e brincadeiras recreativas. As crianças tinham de 0 a 16 anos, eram em número de 20; numa equipe de 17 funcionários em regime de 24 horas; compostos de cuidadores, limpeza, cozinheiro, administrativo e segurança.

RESULTADO E DISCUSSÃO

As instituições de abrigo não devem desconsiderar a importância do afeto presente nas relações entre seus integrantes, tanto entre as crianças e adolescentes, quanto entre estes, e seus monitores. Sendo que a dimensão afetiva é considerada parte inerente das relações humanas. Portanto não deve ser excluída enquanto elemento propiciador de desenvolvimento. O evento contou com a participação dos discentes e docentes dos cursos de Fisioterapia e Enfermagem da UFG/CAJ, bem como toda



equipe responsável pelo Lar Transitório, houve uma participação de todas as crianças com integração de toda equipe. No contato com as crianças, percebemos que elas sempre buscam alguém, que represente e atue de acordo com a figura materna, pois pedem colo, ficam abraçando, brincam de mãe-filho e algumas até chamam o cuidador de mãe. E isso pode acontecer pelo fato de que o Berçário possui maior número de funcionários e voluntários do sexo feminino. Ao final reunimos com o grupo, levantando os pontos negativos e positivos pertinentes à ação proposta, recebemos críticas e sugestões de todos, inclusive da direção e funcionários da instituição onde realizamos a ação. As crianças tendo a oportunidade de brincar estarão mais preparadas emocionalmente para controlar suas atitudes e emoções dentro do contexto social, obtendo assim melhores resultados gerais no desenrolar da sua vida. Todos perceberam a importância do evento e foi sugerido repetir a atividade no próximo ano. Ressaltamos a importância do trabalho da equipe do Berçário, que mesmo com as dificuldades enfrentadas por uma instituição, conseguem realizar um bom trabalho, tentando proporcionar condições para as crianças se desenvolverem e uma melhor qualidade de vida a elas.

CONCLUSÃO

Competências municipais são as diversas atividades e ou serviços, sob responsabilidade dos municípios, que promovem os direitos da criança, incluindo o pleno acesso à saúde, à educação e à assistência social, assegurando às famílias as condições necessárias para o pleno exercício de sua própria competência em prover cuidados apropriados à seus filhos. Se por algum motivo a família não tem estrutura para dar uma boa formação ao menor, a criança é encaminhada ao conselho tutelar, podendo se for para sua segurança, vir a morar no lar transitório. Funcionam nos municípios diversos conselhos, destacando-se os de saúde, tutelar e de direitos da criança e adolescente, todos com um papel fundamental no correto direcionamento das políticas públicas municipais, especialmente nas áreas da educação, saúde e assistência social. Os agentes de saúde acenam que são sobrecarregados com a responsabilidade mensal de acompanhamento das famílias,



o que compromete a qualidade de seu trabalho junto a família e a comunidade. Por exemplo: 30% dos agentes afirmaram não trabalhar a questão da violência doméstica e de rua contra crianças e adolescentes juntos às suas famílias e comunidades. Vinte por cento não realizam atividades comunitárias importantes, tais como a formação de grupos de gestantes e o acompanhamento dos casos de crianças e adolescentes referidos para as unidades de saúde. No curto espaço de tempo de planejamento da ação, observamos essa situação e recomendamos como medida, o envolvimento dos agentes de saúde na formulação do plano municipal de atenção à criança e ao adolescente, garantindo melhores condições para exercerem suas atividades educativas e preventivas junto às famílias e a comunidade; organização de cursos de capacitação da instituição com o CAJ/UFG, para contribuir com a formação de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SADOCK, Benjamin James; **SADOCK**, Virgínia Alcott. **Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria**. Tradução Claudia Dornelles, [et al.]. – 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.